

Experiência individual e objetividade em *Minima moralia*

Ricardo Musse

Theodor Adorno escreveu os 153 aforismos de *Minima moralia* entre 1944 e 1947, no intervalo entre a redação, com Max Horkheimer, do conjunto de textos de *Dialética do esclarecimento* e sua publicação definitiva. Nesse período, eles ainda não estavam certos de que este livro já adquirira sua forma acabada e manifestaram a possibilidade de considerá-lo apenas como fragmentos de uma *work in progress*¹.

Minima moralia partilha o mesmo propósito apontado no “Prefácio” de *Dialética do esclarecimento*: trata-se de investigar “por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 11). Esse diagnóstico, no entanto, configura-se a partir de uma perspectiva própria e bastante peculiar.

A primeira versão da teoria crítica – delineada por Max Horkheimer em seu discurso de posse na direção do Instituto de Pesquisas Sociais, em 1931², e desenvolvida posteriormente em “Teoria tradicional e teoria crítica” (1937) – apresentava-se como uma junção de filosofia e saber científico especializado, de teoria e pesquisa empírica. *Dialética do esclarecimento* rompe com essa fórmula colocando sob suspeição a atividade e o próprio sentido das ciências estabelecidas, ao considerá-las como um dos sintomas da autodestruição do esclarecimento. *Minima moralia* propõe-se a denunciar essa situação, mas também a buscar outras formas de investigação, uma via

1. A edição definitiva de 1947 (Querido, Amsterdam) não difere em nada da versão mimeografada publicada pelo Instituto de Pesquisas Sociais em 1944, exceto pela supressão da frase no prefácio que indicava a intenção dos autores de “completar a obra” (cf. Wiggershaus, 2002, p. 356).

2. Ver Horkheimer (1999).

que, na contramão das tarefas impostas pela divisão do trabalho intelectual, redirecione o afã científico para aquilo que ele desconsidera de antemão e despreza por princípio: a experiência individual.

Mas como é possível, a partir do “prisma da experiência subjetiva” (Adorno, 2008, p. 13), alçar esse saber à condição de conhecimento? Quais mediações, que modalidade de “imaginação teórica” permite transitar do particular, da subjetividade, da esfera privada, da intimidade e seus domínios conexos para a objetividade e universalidade inerentes ao conceito?

O ponto de partida do livro é a própria situação do autor, a vida de um intelectual no exílio. Emigrado nos Estados Unidos – ou melhor, desterrado, como ele preferia dizer – após a ascensão dos nazistas ao poder, Adorno nunca se sentiu em casa no *american way of life*. Em parte por conta de uma recusa meditada à integração, assentada em um ideal que associa à condição de intelectual o comportamento crítico e o não conformismo. Ele procurou conservar sua independência recusando-se a obedecer, inclusive, às regras do mundo acadêmico norte-americano, segundo ele inteiramente submisso à exigência de aplicação das leis econômicas a produtos científicos e literários. Desse isolamento intelectual voluntário, da sensação de trabalhar sem efetividade e de escrever sem audiência surgiu uma imagem que se tornou célebre: a do escritor que, como um naufrago, envia sua mensagem em garrafas atiradas ao mar.

A mutilação forçada, a impotência do exilado, entretanto, em lugar de objeto de lamentação, torna-se em *Minima moralia* guia e fio de uma reflexão acerca das vicissitudes do indivíduo no mundo contemporâneo. No propósito de superar o viés autobiográfico, Adorno concentra-se nas determinações que o empurram para a aceitação do estabelecido e de suas relações de poder. O campo de forças que age sobre o intelectual emigrado, a tensão entre a negatividade e as exigências de integração mimetiza uma situação partilhada por todos. Assim, mais do que uma reflexão acerca do destino daqueles que, por motivos políticos ou econômicos, foram privados da possibilidade de viver no local que lhes é familiar, no qual passaram a infância e moldaram sua consciência, Adorno investiga a condição de exilado como metáfora privilegiada da derrocada do indivíduo na sociedade capitalista.

Nela, o intelectual é coagido por condições objetivas ao isolamento, tal qual o agente econômico, embora alimente a ilusão de que sua solidão decorra de uma livre escolha. Como exilado, escapou das ameaças à sobrevivência – “quando, em face da mera reprodução da existência, ainda se concedem o luxo

de pensar, comportam-se como privilegiados” –, mas também foi reduzido à impotência – “na medida em que se restringem ao pensamento, proclamam a nulidade do seu privilégio” (*Idem*, p. 23).

A partir daí, Adorno desenvolve uma série de considerações acerca da vida do intelectual na emigração, adicionando às observações de teor sociológico ou antropológico reflexões que tangenciam o campo da psicanálise, da filosofia, da estética, em suma, dos saberes que se propõem a compreender, em alguma medida, o âmbito da subjetividade. Nesse movimento, a fonte autobiográfica transcende a mera singularidade. Em vez de se deter na descrição de idiossincrasias, de especificidades irreduzíveis, o que Adorno salienta na condição de banido é apenas a condensação que o torna uma figura exemplar da “vida mutilada”.

A possível tendência do leitor a confundir *Minima moralia* com um relato da vida pessoal do autor, adverte o próprio Adorno, decorre da inversão de significados na linguagem cotidiana que promoveu uma alteração completa nas noções de “subjetivo” e de “objetivo”. O que usualmente se denomina como “objetivo” consiste no “lado não controverso do fenômeno, sua marca aceita sem questão, sua fachada feita de dados classificados – o subjetivo, portanto”. Por outro lado, o pensamento por aforismos – em geral acusado, pelo simples fato de considerar como objeto de reflexão a experiência individual, de “meramente subjetivo” – muitas vezes consiste no “que rompe essa fachada, penetra na experiência específica da coisa, escapa às convenções estabelecidas sobre ela e coloca a relação com o objeto no lugar do acordo majoritário daqueles que nem mesmo o enxergam, e menos ainda o pensam – no objetivo, portanto” (*Idem*, p. 65).

A premissa de Adorno, no entanto, a tese de que a objetividade dissociou-se das instituições sociais e só encontra guarida nos indivíduos, não estaria ultrapassada ao filtrar uma experiência pessoal cujo substrato histórico – o nazifascismo – desapareceu?

É possível encontrar, espalhados ao longo do livro, ecos da controvérsia sobre o caráter da sociedade nazista que polarizou os membros do Instituto nos primeiros anos da década de 1940³. Mas convém também lembrar que os artigos de Friedrich Pollock, em especial “State capitalism: its possibilities and limitations” (1941), peças centrais desse debate (ao lado do livro de Franz Neumann, *Behemoth*), não analisam apenas a Alemanha sob Hitler, mas também a União Soviética e os Estados Unidos, na tentativa de estabelecer as formas gerais de intervenção e regulação estatais da economia postas em prática naquele momento. Embora Adorno tenha discordado

3. Sobre essa polêmica, ver Jay (2008, pp. 195-228) e Wiggershaus (2002, pp. 308-320).

veementemente do modo como Pollock formulou o conceito de “capitalismo de Estado” e das consequências que extraiu daí, não deixa de compartilhar uma de suas premissas: a de que este modelo econômico se desdobra como uma nova fase, distinta e posterior ao “capitalismo monopolista”.

Segundo Adorno, na economia capitalista planejada (termo que mais tarde substituirá pela expressão “mundo administrado”), convivem em contradição “o princípio especificamente burguês da concorrência” e a “dominação direta” sob a forma de “hierarquias fechadas de tipo monopolar”⁴. Esse aparente paradoxo, a bifurcação entre mercado e Estado, economia e política, resulta da ampliação desmesurada da preponderância do fenômeno que Marx destacou como matriz da sociabilidade burguesa, o fetichismo da mercadoria. A sociedade teria adentrado, nas palavras de Adorno, “na fase em que a supremacia alienada das coisas leva à renúncia o sujeito” (*Idem*, p. 71).

O prisma da “experiência pessoal” e o próprio “material histórico” – referências calcadas em situações típicas da sociedade norte-americana – distanciam *Minima moralia* das tentativas de explicação do nazismo, ainda que não do impacto do que aconteceu na Alemanha – mote retomado constantemente por Adorno sob a forma de considerações sobre a vida depois de Auschwitz. Parte da atualidade do livro advém, portanto, da hegemonia no pós-guerra que tornou o capitalismo norte-americano um modelo para o restante do mundo.

Adorno critica, na sociedade de massas instaurada nos Estados Unidos, sobretudo a progressiva perda da autonomia e da substância do mundo privado, sua transformação em “apêndice do processo de produção material” (*Idem*, p. 9), consequência da subordinação da “vida” aos ditames do consumo por meio de mecanismos de padronização e pseudoindividualização. Destaca, assim, a presença na democracia norte-americana de características inerentes às sociedades fascistas, como a redução da esfera da circulação por conta da preponderância do aparato de distribuição de uma “indústria altamente concentrada” e a tendência concomitante a constituir uma ordem social que impulsiona o processo de liquidação do indivíduo.

Contestação da filosofia hegeliana

A passagem do âmbito da subjetividade a determinações objetivas da vida social e vice-versa, o próprio Adorno reconhece, inspira-se na dialética do particular e do universal proposta por Hegel. Sua retomada em *Minima moralia*, no entanto, inverte as valências da filosofia hegeliana, a começar pela

4. Ver Adorno (2008), em especial os aforismos 3, 6 e 16.

primazia concedida à experiência individual, assentada na premissa de que a universalidade deva ser buscada no exame do singular, da subjetividade, do mutável, das “mônadas” enfim. Adorno adiciona assim às críticas usualmente feitas pelos marxistas ocidentais ao legado de Hegel – à contestação do domínio de categorias macro-históricas, ao espírito de sistema, à identidade sujeito-objeto, à filosofia da história que desemboca numa reconciliação forçada – alguns tópicos que até então passaram despercebidos.

Na interpretação de Adorno, Hegel justifica o estado de coisas presente, aderindo à “tendência objetiva” e ao “triunfo da fatalidade”, sem levar em consideração sua própria definição da dialética como uma potência a serviço da negatividade. Tampouco se preocupa com as ameaças de “aniquilação do individual”, ao contrário, “com sobranceira frieza opta pela liquidação do particular” (*Idem*, p. 11). Deixa pois de cumprir “em relação ao sujeito a exigência que no mais defende arduamente: a de que cabe ficar na coisa, buscando ‘penetrar em seu conteúdo imanente’, e evitar ‘ir sempre além dela’”. Adorno opõe-se a Hegel sobretudo por sua aceitação inquestionável da primazia da totalidade, seja ao lembrar que o pensamento dialético “não esquece nem tampouco aceita a reivindicação de totalidade do sistema abrangente” (*Idem*, p. 10), seja ao proclamar que “o todo é o não verdadeiro” (*Idem*, p. 46).

Partidário de uma dialética materialista, Adorno estende ao idealismo sua contestação da filosofia hegeliana:

Mas é mesmo nesse seguir em frente sem poder demorar-se, nesse tácito reconhecimento da primazia do geral sobre o particular que consiste não só o engodo do idealismo que hipostasia os conceitos como também sua desumanidade, à qual tão logo tenha captado o particular já o reduz a ponto de passagem e finalmente se ajusta rápido demais por conta da reconciliação que só se apresenta na reflexão – em última instância à frieza burguesa, sempre pronta a subscrever o inevitável (*Idem*, p. 69).

Predomina, em *Minima moralia*, o estilo indireto, elíptico. Adorno recusa-se a apresentar explicitamente os passos que o conduziram a uma determinada asserção. Opõe, assim, à “ficção de uma comunicabilidade universal” as necessidades da expressão objetivamente adequada. Esta, para ele, é inseparável da posição antitética, da resistência a meramente repetir o dado ou as formas categoriais.

Insiste na negatividade, no distanciamento em relação ao já conhecido:

Ainda que se lhe concedesse aquela recomendação discutível de que a exposição deve reproduzir exatamente o processo de pensamento, este processo não seria uma progressão discursiva de etapa em etapa, assim como, inversamente, tampouco os conhecimentos caem do céu. Ao contrário, o conhecimento se dá numa rede onde se entrelaçam preconceitos, intuições, inervações, autocorrekções, antecipações e exageros, em poucas palavras, na experiência, que é densa, fundada, mas de modo algum transparente em todos os seus pontos (*Idem, ibidem*).

Embora não seja transparente, o estilo de Adorno tampouco é esotérico, posto que ele apresenta, em cada um de seus escritos, de modo mais ou menos explícito, suas considerações acerca das formas de composição textual. O uso meditado de figuras consiste, então, apenas em um dos inúmeros pontos que afasta sua metodologia da dialética hegeliana⁵.

O estilo fragmentário de *Minima moralia* insurge-se, portanto, não só contra a aspiração de totalidade, a pretensão de absoluto, a fundamentação apodítica e autossuficiente do saber, mas também contra o modelo arquetônico proposto por Hegel, com a incorporação dos vários ramos do conhecimento em um sistema abstrato.

Em sua preocupação em evitar as aporias da sistematicidade filosófica, Adorno aproxima-se de Nietzsche. Em ambos a atenção ao conteúdo subjetivo é decisiva. Recusam firmemente tanto a metafísica como seu complemento, o idealismo filosófico, com sua pretensão de estabelecer um primeiro princípio e vitalizar a noção de espírito. Rejeitam ainda a cumplicidade do pensamento com o mundo, com os valores que a sociedade estipula como legítimos.

Esses pontos em comum, no entanto, não são suficientes para inserir Adorno no neonietzschanismo do século XX. Além da prioridade que concede ao modelo de crítica da economia política inaugurado por Marx, Adorno discorda de Nietzsche em aspectos decisivos. Ele considera, por exemplo, que com a dissolução da religião e de suas secularizações filosóficas, com o advento da “sociedade de consumo”, modificaram-se os pressupostos objetivos e, hoje, os ideais ascéticos são uma forma mais adequada de resistência à sociedade existente do que o “amoralismo” preconizado por Nietzsche. Adorno também considera a noção nietzschiana de *amor fati*, o lema “deves amar o seu destino”, como um sinal indelével de conformismo⁶.

5. As figuras de estilo mais comuns nas obras de Adorno são o quiasmo, a parataxe, a constelação e a paralaxe. Quiasmo: na composição das frases, afirma-se uma ordem de termos e logo em seguida retoma-se a ordem de maneira invertida. Um exemplo é a frase “crítica da sociedade é crítica do conhecimento e vice-versa”. Parataxe: as proposições são postas uma após a outra sem que se estabeleçam entre elas relações de coordenação ou de subordinação. Constelação: não se procura capturar o objeto numa definição, mas por meio de um conjunto de coordenadas que nos aproximam dele. Paralaxe: a constante mudança de ponto de vista produz um deslocamento aparente do objeto (cf. Rose, 1978, pp. 11-26).

6. Além de Nietzsche, é nítida a influência sobre o estilo de Adorno da vertente francesa de Montaigne, dos moralistas e dos enciclopedistas, ou ainda da linhagem de aforistas da língua alemã: Georg Lichtenberg, Karl Kraus, Kafka, Walter Benjamin. Acerca deste último, convém ressaltar as semelhanças entre *Rua de mão única* e *Minima moralia*.

A configuração da subjetividade

A investigação acerca da situação do indivíduo na sociedade contemporânea pouco avança caso não se destrinchem os nexos e as mútuas determinações que tecem entre si sujeito, teoria e objeto. *Minima moralia* adota como fio da investigação a configuração presente da subjetividade, mas persegue em cada relato ou descrição das transformações recentes – seja na vida privada, na família, na psicologia individual, no meio intelectual, no ambiente profissional, na cultura, nas esferas da produção e do consumo – um diagnóstico da civilização. Na direção oposta, é possível perceber em cada aforismo ecos do aprofundamento da reificação, da presença “das potências objetivas que determinam até no mais recôndito a existência individual” (*Idem*, p. 9), o que corrobora a teoria de que no mundo administrado “não só o geral se realiza por meio da interação dos particulares como a sociedade é substancialmente a substância do indivíduo” (*Idem*, p. 11).

O sujeito, tal como concebido no ponto de partida, isto é, empírico e abstrato, é reposto ao longo do livro simultaneamente como premissa e resultado da sociedade capitalista. Sua singularidade, no entanto, de modo algum se dissolve em noções coletivas como “espírito”, “classe”, “massa” ou “partido”, cuja efetividade Adorno reconhece apenas na coação que exercem sobre os indivíduos. *Minima moralia* tampouco se orienta pela concepção predominante no pensamento científico, recusando o modelo lógico e apriorístico de um sujeito fixo e estático, por conta de sua incapacidade em traduzir “a experiência espiritual” do mundo contemporâneo. Na medida em que individualiza o conhecimento, moldando-o pelo prisma de uma prática cognitiva particular, Adorno altera significativamente os procedimentos próprios da investigação social, seja ao vincular a compreensão da sociedade com uma indagação minuciosa acerca de sua configuração empírica, seja ao associar esse exame com uma forma específica de escrita e organização textual, mais tarde descrita por ele mesmo por meio do termo “ensaio”⁷.

7. Ver Adorno (2003).

Mas como manter acesa a chama de inconformismo ante o embrutecimento da vida, a perda do tato social, a convivência cotidiana com a barbárie, o predomínio da reificação? Adorno sabe que não se pode mais contar, a não ser como memória, com a experiência do sujeito, em processo de esvaecimento desde o século XIX. Ele coloca como condição para debelar a cegueira a frieza e o esquecimento próprios do mundo burguês, o reconhecimento da dependência do indivíduo em relação à sociedade, ao presente histórico e às suas condições determinantes. Só então caberia,

a partir da perspectiva da negatividade, figurar um “impossível” ponto de vista distinto do círculo mágico da existência.

Adorno não hesita em afirmar que tudo aquilo que concerne às regras mínimas da ação, à doutrina da “vida reta”, inclusive o termo “vida”, encontra-se – após ter se deslocado para o âmbito do mundo privado – reduzido à esfera do mero consumo, com a implicação adicional de que tal esfera, hoje, nada mais é que um apêndice, destituído de autonomia e de substância própria, do processo de produção material.

Nesse sentido, é possível ler os aforismos de *Minima moralia* como uma tentativa de refletir acerca do mundo contemporâneo sob o enfoque de uma perspectiva inusitada: trata-se de ponderar sobre como as coisas se apresentariam a partir de si mesmas segundo o ponto de vista do ideal de uma vida justa.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. (2003), “O ensaio como forma”. In: _____. *Notas de literatura I*. São Paulo, Editora 34, pp. 15-45.
- _____. (2008), *Minima moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro, Azougue.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BENJAMIN, Walter. (1987), *Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense.
- HORKHEIMER, Max. (1983), “Teoria tradicional e teoria crítica”. In: _____. *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, pp. 117-154.
- _____. (1999), “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais”. *Praga – Estudos Marxistas*, n. 7. São Paulo, Hucitec, pp. 121-132.
- JAY, Martin. (2008), *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- KRAUS, Karl. (1988), *Ditos e desditos*. São Paulo, Brasiliense.
- NEUMANN, Franz. (1944), *Behemoth: the structure and practice of national socialism*. Nova York, Oxford University Press.
- POLLOCK, Friedrich. (1990), “State capitalism: its possibilities and limitations”. In: ARATO, Andrew & GEBHARDT, Eike. *The essential Frankfurt school reader*. Nova York, Continuum, pp. 71-94.
- ROSE, Gillian. (1978), *The melancholy science*. London, Macmillan Press.
- WIGGERSHAUS, Rolf. (2002), *A Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro, Difel.

Resumo

Experiência individual e objetividade em Minima moralia

Escritos no período entre a redação e a publicação definitiva de *Dialética do esclarecimento*, os 153 aforismos de *Minima moralia* também podem ser descritos como uma investigação das causas que levaram a humanidade a se afundar “em uma nova espécie de barbárie”. Essa questão, no entanto, em *Minima moralia*, é examinada a partir de uma metodologia e de uma perspectiva bastante peculiares. Adorno se propõe a nada menos que traduzir a experiência individual e subjetiva em uma forma de conhecimento objetiva e universal.

Palavras-chave: Theodor Adorno; *Minima moralia*; Dialética do esclarecimento; Teoria crítica.

Abstract

Individual experience and objectivity in Minima moralia

Written in the period between the drafting and final publication of *Dialectic of Enlightenment*, the 153 aphorisms of Adorno's *Minima moralia* can be described, like the work co-authored with Horkheimer, as an investigation into the causes that led humanity to sink “into a new kind of barbarism.” However, in *Minima moralia* this question is examined from a highly singular perspective and methodology. Adorno proposes nothing less than the translation of individual and subjective experience into a universal and objective form of knowledge.

Keywords: Theodor Adorno; *Minima moralia*; *Dialectic of Enlightenment*; Critical theory.

Texto recebido em 8/3/2010 e aprovado em 21/12/2010.

Ricardo Musse é professor no Departamento de Sociologia da USP. E-mail: <rmusse@usp.br>..